

**A NATUREZA HISTÓRICA DA LINGUAGEM  
E A LEITURA COMO FORMA DE SUA APROPRIAÇÃO**

Ana Aparecida Arguelho de Souza (UEMS)  
[anaarguelho@yahoo.com.br](mailto:anaarguelho@yahoo.com.br)

[...] a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens (MARX, K; ENGELS, F. 1986, p. 33).

**RESUMO**

Estes apontamentos aproximam a presente reflexão de uma concepção histórica da linguagem, com base na teoria marxiana. Por esse prisma, as diferentes linguagens deixam de ser vistas apenas em seus elementos intrínsecos, como estruturas que têm que ser decodificadas. Aqui, elas passam a ser vistas como produtos humanos e analisadas dentro das condições sociais em que o homem as criou, com as finalidades políticas a que serviram. Trata-se de uma concepção a que se está chamando de concepção humanista, na medida em que se buscou apreender nos fundamentos da linguagem o homem, seu criador, os compromissos sociais que o animam, suas lutas, utopias e paixões e, assim, as intenções que demandaram a criação das linguagens ao longo da história. Tal concepção está presente em Marx e Engels, na ideologia alemã

**Palavras-chave:**

**Linguagem. Leitura. Apropriação da linguagem. Apropriação da leitura.**

Não se trata de trazer de volta o humanismo dos primórdios da modernidade, mas de instaurar um novo humanismo que traga para o centro do debate e reflexões o homem de hoje, apagado na sua historicidade, pela ênfase às *especificidades das estruturas* das linguagens. Essa concepção de linguagem que está em Marx é retomada, posteriormente, por estudiosos de base marxista.

Bakhtin, por exemplo, ao formular e discutir a noção de signo ideológico, também contribui, ao propor a superação dos postulados filosóficos e fenomenológicos que situam a ideologia na “pura” consciência, quando ele diz que “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (1987, p. 43).

Ainda, segundo Bakhtin, é só no interior do texto, como unidade básica da língua, que se pode apreender os fundamentos de uma determi-

nada sociedade, para além do que podem as categorias morfológicas e sintáticas da língua, em si. Somente o texto é portador de intencionalidades ideológicas, funcionando como arena de luta, se nos atentarmos para as formas do discurso, ou seja, para o *locus* da enunciação e não apenas do já enunciado que imobiliza o dito. O enunciado só se revela na enunciação:

O mecanismo desse processo não se situa na alma individual, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza – isto é, associa às estruturas gramaticais da língua – apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, tem seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada (BAKHTIN, 1986, p. 146).

Decorrente dessa existência social do texto, cada vez que Bakhtin quis demonstrar sua teoria, recorreu à literatura produzida numa dada sociedade como elemento expressivo dos gêneros discursivos. É com essa orientação que tratamos das linguagens enquanto expressões de determinadas relações sociais recorrendo especialmente à linguagem literária para pensar o homem nas suas condições históricas e, portanto, sociais. Assim, o texto literário é considerado em seus aspectos estéticos, enquanto possibilidades de aferição do seu caráter dialógico, polifônico e, por isso mesmo, ideológico.

Os postulados bakhtinianos não retiram a linguagem do chão da história, não desconsideram sua materialidade e as relações sociais que ideologizam o signo. Não minimizam, assim, a sua dimensão humana e nem reduzem o homem a uma pura subjetividade ou a uma interação discursiva imediata e sincrônica. E a linguagem só interessa na medida de sua humanidade, isto é pelo seu poder de desvelar o homem que a produz. Caso contrário, é letra morta, um *sem sentido*. “Ser radical é agarrar as coisas pela raiz e a raiz para o homem é o próprio homem”. (MARX, 1980, p. 8)

Ora, se a ideologia não é um substrato “natural” da consciência, se as experiências humanas, sociais, materiais, estão contidas nos signos é preciso, ao lidar com eles, considerar essa materialidade, mas considerá-la na sua concretude. O concreto e o empírico são categorias distintas. O empírico remete à materialidade fônica e gráfica do signo, ao seu significante. O concreto à teia das relações sociais que ideologizam o significado.

Isto tem dado margem a muita confusão, porque ao se falar em teia de relações sociais pode ser, de novo, o olhar do empirismo que nos

informa. Por essa ótica, a sociedade são as relações que estão formatando a sociedade no seu *aqui e agora*. Considerar, entretanto, concretude de uma determinada sociedade impõe, necessariamente, a análise da sua natureza histórica, isto é, do surgimento, desenvolvimento e obsolescência de uma formação social. A sociedade passa, assim, a ser entendida dialeticamente, no seu movimento de *integração-desintegração-integração* permanente: todavia, a desintegração trabalha como força mobilizadora, portanto integradora (BERMAN, 1986, p. 95). Deste movimento não está inofenso o signo visto que é por ele que o mundo se mostra. A esse propósito, afirma Barthes (1997, p. 24): “‘Mudar a língua’, expressão mallarméiana, é concomitante com ‘mudar o mundo’, expressão marxiana”.

O confronto entre linguagens de diferentes épocas permite perceber, na lógica interna que as costura, o movimento social dessas épocas. Materializadas sob a forma de diferentes gêneros passam a ser ideológicas, porque estão assentadas em princípios e finalidades postos por necessidades e exigências de classes sociais distintas, de cada época. Assim, quando uma sociedade está em formação, leiam-se os textos que ela produziu e verão neles os pilares dessa construção e a luta dos homens para combater a sociedade anterior; quando ela atinge seu apogeu, as linguagens são expressas em discursos que revelam na sua organização a majestade do período. E quando a mesma entra em estado de desintegração, consultem-se os discursos e encontrar-se-á, na sua forma organizativa, o movimento de (des)integração, sua convulsão e a germinação de novos elementos sociais. Por isso, é importante que não se perca, nesse esforço de reflexão, a natureza dialética da linguagem, na sua relação com o movimento das sociedades, vistas no leito da história.

A lógica medieval, sustentada no trabalho servil e no princípio divino, é rompida pela burguesia, por meio do trabalho assalariado. O burguês funda seus princípios na materialidade do trabalho e dele tira seu ideário de liberdade, igualdade e fraternidade. O homem, com sua força de trabalho e seu livre-arbítrio, supera a imobilidade social, ascendendo a patamares mais elevados na escala social, do que lhe importaria sua origem, na sociedade anterior.

Pensadores como John Locke, Galileu Galilei, Francis Bacon, Adam Smith e René Descartes são portadores da luta que a burguesia travou contra a materialidade de um mundo em decadência, a civilização medieval, e contra as ruínas em que se tornou o grande pensamento dos teólogos que ergueram o edifício conceitual de sustentação de toda a Idade Média. Do enfrentamento de Locke contra as monarquias absolutistas,

em favor de um poder emanado pelo povo na defesa da propriedade; de Adam Smith contra o monopólio das corporações de ofício, na defesa de uma economia de livre mercado; de Francis Bacon na proposição de um novo método de investigação, de uma nova forma de produzir ciência por meio da experimentação; de Galileu, que com a utilização do telescópio alargou os mares para as grandes navegações que impulsionaram o mercado a abrangências antes inimagináveis; de Descartes na demolição do edifício teológico sobre a qual forjou a razão cartesiana, foi-se erguendo a sociedade moderna.

No seu interior, o novo edifício conceitual vai tomando forma, como parte desse grande projeto social da burguesia, o de construir uma sociedade fundada no trabalho, em contraposição ao princípio do ócio que marcou as civilizações anteriores. O Iluminismo é um momento de grande significação para a modernidade, pois que representa a culminância agregadora das forças materiais e do pensamento burgueses. Tais forças, até então, vinham-se consolidando para, finalmente, por volta do século XVIII, se estabelecerem soberanas e assim se estenderem, sem maiores dificuldades e esforços, até o primeiro quartel do século XIX.

A construção material de um mundo onde cada homem por seu esforço próprio forja seu destino confere à sociedade moderna um discurso fundado na ideia de que a razão do homem moderno é suficiente para mudar o mundo. Tal postulado está presente, então, em todo discurso, quer estético, quer filosófico, até o século XIX, quando o crédito às possibilidades de humanização trazidas pela sociedade industrial começa a ser questionado, não só pelo discurso dos socialistas utópicos, pelo anarquismo e pelo próprio marxismo, mas, principalmente, pelas sucessivas crises que convulsionam a economia da Europa no último quartel do século XIX.

Essas crises se devem ao esgotamento do capitalismo de livre concorrência e resultam na recomposição de um capitalismo de feições monopólicas, vigente ainda hoje. A desintegração do mundo construído pela burguesia está presente em toda sua literatura, sua arte, sua produção cultural. Os movimentos estéticos a partir desse período revelam-se por linguagens que expressam a desintegração, a irracionalidade, a ruptura e o recorte.

De modo que a falência da fase concorrencial do capitalismo e a perda de sentido da razão iluminista explicam a origem do tédio que permeia a obra baudelairiana, por exemplo; o rigor formal que marca o

chamado Parnasianismo e que poderia se traduzir na negação de um conteúdo social insuportável de ser enfrentado; o surgimento dos chamados Decadentismo e Surrealismo que expressaram a sociedade de seu tempo com tamanha crueza que a leitura e contemplação das obras ditas decadentes e surrealistas permitem que se avente a hipótese de que a interiorização e a simbologia próprias do Simbolismo que se segue, constituem alternativas de fuga da realidade material.

A partir do último quartel do século XIX, a literatura poética, não por acaso, retira os pés da terra e alça voo para o Olimpo das abstrações, só retornando para realizar a negação de velhas estéticas. Não só a literatura, mas suas teorias, de modo geral, caracterizam-se, no século XX, pela fragmentação. Proliferam-se correntes, as mais diversas, cada uma sendo estudada em si mesma, como um sistema, com sua estética particular, o que é compreensível em um momento no qual toda a sociedade está marcada pela exacerbação da divisão do trabalho e conseqüente divisão do conhecimento. Vive-se no mundo do fragmento, no qual o olhar fragmentário do homem fragmentado opera por retalhos. Perdeu-se a noção de que a história é humana, de que todos os homens a constroem e que, portanto, as sociedades não são sistemas fechados, mas movimento histórico. A chamada crise da ciência moderna ou crise da razão ocidental ou, ainda, crise dos paradigmas, é, fundamentalmente, a crise de uma sociedade em sua totalidade, neste estágio da história.

Não por acaso o estruturalismo é o modelo teórico próprio das ciências humanas, porque estas se apresentam de forma retalhada, no universo fragmentário do século XX, como sistemas fechados. O funcionalismo de Malinowski e o estruturalismo de Strauss estão na base das “teorias” sistêmicas que informam as análises literárias. Esses modelos teóricos, que não passam de recursos técnicos aproximativos das singularidades estéticas assumem na sociedade do fragmento, equivocadamente, o estatuto de teoria de síntese.

Kurz, teórico que fez avançar, na contemporaneidade, a teoria de Marx, refere-se à banalização do mundo científico, que parece não ser mais capaz de recobrar a força necessária para oferecer respostas às situações que as exigem. Quando uma sociedade não é mais capaz de atender de forma generalizada e totalizante as necessidades humanas, quando a fome e o desemprego imperam, o pensamento humano também entra em crise. As teorias não são capazes de explicar as questões humanas em seus fundamentos:

[...] o debate teórico cedeu lugar a uma espécie degradada de literatura especializada [...] em vez de crítica, auto ajuda. No melhor dos casos, entra em cena em lugar de uma reflexão acerca da totalidade social [...] o recitar monótono de um sequioso pensamento [...]. A máquina de conceitos do pensamento ocidental perdeu sua força material e parece se despedaçar antes do sucateamento. [...] Essas teorias antiteóricas parecem apenas retomar e dar continuidade ao traço afirmativo do estruturalismo e da teoria sistêmica (KURZ, 1997, p. 18-19).

Nesses momentos, em que a sociedade e o próprio homem entram em crise, é preciso recuperar as verdadeiras teorias como fundamentos da leitura. É pelas frinchas do texto que começamos a perceber as grandes contradições que marcaram a história do homem e das sociedades. Os grandes autores conseguem apreender pelos fios da ficção o emaranhado do mundo com suas contradições e assim nos fornecem instrumentos para lutar contra as contradições que fazem do mundo um espaço de desumanização, desde que as leituras sejam orientadas por uma teoria totalizante que faça o leitor saltar da obra ao mundo dos homens, das páginas às sociedades historicamente organizadas. Porque as linguagens, entre elas a literatura, mais que ficção, mais que instrumentos de prazer, são armas de luta para a superação de contradições sociais. A quem lê, confere potência social, poder de mudança, porque revelam a verdadeira dimensão de que o homem é um ser histórico, capaz de contribuir para mudar o rumo da história.

Todavia, voltemos os olhos à leitura e à escrita, na escola de nossos dias. No Referencial Curricular vigente, a área de linguagens tem como pressuposto a superação do ensino metalinguístico. Deveria, por essa razão, pautar-se no resgate de duas práticas relegadas a um segundo plano nas disciplinas escolares: a leitura e a produção de texto. Entretanto, esbarra-se nas dificuldades do aluno com a leitura de obras significativas, porque sua prática de leitor não vai além do livro didático e, quando muito, de revistas e jornais.

Esses problemas que atravessam o cotidiano escolar podem ser explicados com base em razões mais profundas do que apenas o envolvimento dos alunos com a linguagem fragmentada, aligeirada e imagética com que trabalha a mídia, ou com uma possível herança do cerceamento sofrido pela linguagem no período da repressão militar no país ou, ainda, pela falta de acesso aos livros, de que padecem os alunos da escola pública. Pode-se dizer com segurança, que o desinteresse pela leitura que se constata nos alunos advém da dificuldade que representa para ele a compreensão do mundo a ser extraída do texto. A dificuldade de operar com

a linguagem não é prerrogativa da sociedade brasileira, apenas. A convulsão da sociedade dos monopólios, na sua dialética com o pensamento, acaba por convulsionar a própria linguagem.

É bem verdade que o Brasil representa uma particularidade desse todo social que não se pode perder de vista, assim como a singularidade de cada Estado e municípios, sua história, seu processo de desenvolvimento. Porém, é a lógica do pensamento e, mais, a lógica da própria sociedade, que será recuperada pelo aluno ao compreender o que está além das suas singularidades e particularidades e se reconhecer, como humano, na leitura de grandes textos. Essa consciência da sua humanidade favorecerá a construção de uma nova forma social, de uma nova ética, pautada em novos princípios e de uma nova linguagem que represente o *novo*. Nesse sentido, é que se atribui importância fundamental à prática da leitura dos clássicos em sala de aula, como obras que contribuirão para a recuperação da lógica do pensamento.

O domínio de um código na sua forma clássica é fundamental para a transgressão com que a arte supera ou areja a linguagem por meio de recortes, desvios e rupturas. Manoel de Barros, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Raduan Nassar e tantos outros que revolucionaram a linguagem reconhecida como padrão, só puderam produzir a linguagem da transição social e da superação linguística porque compreenderam a língua na sua dimensão mais profunda, porque dominaram seus segredos e suas grandezas. Porque trouxeram a chave.

Chega mais perto e contempla as palavras.  
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te pergunta, sem interesse pela resposta,  
pobre ou terrível que lhe deres:  
Trouxeste a chave?

(DRUMMOND, 1983, p. 159).

E a chave, não para se tornar um escritor, mas um cidadão, é manejar de forma competente o código linguístico de seu país, tal como ele está consubstanciado nos grandes textos da sua literatura. E a produção de bons textos pelos alunos está indissolivelmente ligada à leitura de bons modelos literários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drumond de. *Poesia e prosa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filologia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BARTHES. *Aula*. Trad.: Leyla Perrone-Moisés. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad.: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Sobre literatura e arte: extratos escolhidos*. Trad.: Olinto Bedkerman. São Paulo: Global, 1980.